

ATA DA REUNIÃO INTEGRADA DOS COMITÊS DE MONITORAMENTO  
BLOCOS 1, 2, 3 E 4.

Aos treze dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e seis, às 14h, na Rua Av. Rio Branco, n.º 277 – 4º andar, no Centro do Rio de Janeiro, e por meio da plataforma digital de videoconferência Zoom Meetings, realizou-se a Reunião dos Comitês de Monitoramento, instaurado para exercer o controle social através da participação no processo de formulação de políticas, planejamento, regulação, fiscalização e avaliação dos serviços públicos no sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário, conforme disposto no Anexo XII dos Contratos de Concessão.

Participantes (presencial): Sr. Emy Guimarães De Lemos, da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES; Sra. Natasha Berendonk Handam, da Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ; Sr. Morvan Barreto Nobre, da Sociedade dos Engenheiros e Arquitetos do Estado do Rio de Janeiro – SEAERJ; Sr. João Carlos A. Gonçalves, Usuário; Sra. Joyce Silva, da Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ; Sr. Rodrigo Otávio, da Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ; Sra. Gabriela Merolo, da Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ; Sra. Lilian J. Santos, da Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ; Sr. Marcelo Cortes Braga – AMAVIG; Sra. Drielly Vital dos Santos da Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ; Sra. Ana Luisa Lopes, da Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ; Sr. Jalmir Gomes, Usuário; Sra. Gilda Baltar, da Agenersa; Sra. Renata R. Austim, da Agenersa; Sra. Julia Zattar, da Agenersa; e Sr. Felipe Feijó, da Agenersa.

Participantes (online): Sra. Juliana Mello de Queiroz, Procuradora do Município de Paracambi; Dra. Gisela Pequeno, do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro – MP; Sra. Fernanda Castro Alvarenga - Município de Pinheiral; Sra. Mariana Ramos Rabha, da Concessionária Águas do Rio; Sr. Firmo Ferreira Daflon, Secretário Municipal de Meio Ambiente de Macuco; Sr. Ricardo Barbosa, da Prefeitura de Paty do Alferes; Sr. Alberto Mendes, Usuários do Serviço (Doméstico); Sr. Bruno Guedes, Subsecretário Municipal de Obras de Rio Claro; Sr. João Xavier, do Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Saneamento Básico e Meio Ambiental do Rio de Janeiro – SINTSAMA; Sra. Fabiana da Silva, Ouvidora Geral da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro; Sr. Marcelo Pereira Alves, do Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Saneamento Básico e Meio Ambiental do Rio de Janeiro – SINTSAMA; Sr.

Gabriel Couto, Chefia de Gabinete do Prefeito de Paracambi; Sr. Anderson Ferreira - representante da SANEMAR-Maricá; Sr. Mario Porto dos Santos, do Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Saneamento Básico e Meio Ambiental do Rio de Janeiro – SINTSAMA; Sr. Frederico Ayres Pinheiro, SEMAM - Nova Iguaçu; Sr. Alessandra - Moradora da Zona Oeste – CAMPO GRANDE; Sra. Luciana Santos - Moradora da Zona Oeste – CAMPO GRANDE; Sra. Alice Bentes, do Instituto de Direito Coletivo - IDC; Sr. Antonio Carlos da Silva - MOVIMENTO BAIÁ VIVA; Sra. Aline Felix, da Concessionária Águas do Rio; Sr. Jorge Alberto da Silva Fernandes, do Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Saneamento Básico e Meio Ambiental do Rio de Janeiro – SINTSAMA; Sr. Alessandro Sena - Vice Prefeito de Pirai : Alessandro Sena Silva; e Sra. Ludimila Santos Amaral ENSP/Fiocruz

A pauta da reunião, que foi anteriormente divulgada, era:

### **Ordem do Dia**

1. Abertura e leitura da pauta;
2. Aprovação das atas referentes aos meses de julho e agosto de 2025;
3. Espaço destinado aos consumidores;
4. Problemas gerais de abastecimento;
5. Reclamações relativas à qualidade dos serviços prestados pelas concessionárias Águas do Rio 1, Águas do Rio 4, Iguá e Rio+Saneamento, conforme apontamentos dos participantes;
6. Vacância: atualização acerca do posicionamento da Casa Civil;
7. Assuntos gerais;
  - 7.1. Informe sobre as obras da Avenida 13 de Maio, com vistas à disponibilização de uma sala para os Comitês.

Logo, a reunião é presidida pelo Sr. Licínio Machado Rogério, da Federação das Associações de Moradores do Município do RJ – FAM-RIO, do Bloco 1, com a participação dos presidentes: Sr. Eduardo Figueira, da Câmara Comunitária da Barra da Tijuca – CCBT, do Bloco 2; Sr. João Ricardo de Mattos Serafim, da Federação das Associações de Moradores do Município do RJ – FAM-RIO, do



Bloco 3; e Sra. Adriana Sotero Martins, da Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz, do Bloco 4.

Em razão da ausência do presidente da rodada, a condução da reunião passa a ser conduzida pelo Presidente do Bloco 3, Sr. João Ricardo de Mattos Serafim, que cumprimenta os presentes e dá início aos trabalhos. Ele apresenta informes relativos ao período de dezembro, destacando a importância do funcionamento dos Comitês de Monitoramento e da AGENERSA diante do calor intenso e dos impactos no abastecimento de água. Informa sobre a implantação da Ouvidoria Itinerante da AGENERSA, com a intenção de divulgação de calendário para facilitar o registro de reclamações pela população. Alerta para o agravamento do cenário de escassez hídrica, citando a situação do Estado de São Paulo, e reforça a necessidade de aprofundar o debate sobre a gestão dos recursos hídricos, incluindo o tratamento de esgoto e o saneamento. Relata a presença do morador de Vigário Geral que sofreu derramamento de esgoto em seu terreno, decorrente de obstrução na rede, ocasionando retorno de esgoto às residências vizinhas, fato ilustrado por registros em vídeo e que evidencia riscos relacionados à coleta de esgoto em tempo seco. Informa que o caso será apresentado formalmente à AGENERSA para as providências cabíveis. Menciona, ainda, reclamações de moradores de São João de Meriti e de diversos bairros da Baixada Fluminense, como Jardim das Flores, Jardim Gramacho, Nova Iguaçu e Cerâmica, que enfrentaram períodos prolongados de falta de água no final do ano, bem como registros semelhantes em bairros do Bloco 3, como Guaratiba, Sepetiba, Inhoaíba e Santa Cruz. Por fim, destaca problemas de balneabilidade em praias como Flamengo, Botafogo e Ilha do Governador, conforme boletins do INEA, ressaltando que tais condições evidenciam a insuficiência dos avanços no tratamento de esgoto. A presidente do bloco 4, Sra. Adriana Sotero destaca que os indicadores de qualidade da água e do esgoto (IQA e IQE), informados pelas concessionárias, contrastam com os dados verificados pelo INEA, que apontam praias em condições inadequadas de balneabilidade. Ressalta que, embora tenham sido observadas algumas melhorias pontuais no lançamento de esgoto em determinados rios, houve tentativa de minimizar os riscos, especialmente em áreas como a Praia do Flamengo. Enfatiza que o objetivo central deve ser a efetiva universalização do saneamento, com o adequado tratamento do esgoto. Reforça críticas ao uso do coletor de tempo seco, entendendo que sua previsão legal se restringe a situações emergenciais e não a uma solução permanente, defendendo a adoção do coletor absoluto, com encaminhamento do esgoto às estações de tratamento, garantindo destinação adequada do lodo e do efluente tratado. Na sequência, o Sr. João Ricardo solicita que a Sra. Adriana se apresente



aos presentes, em razão da participação de novos integrantes na reunião. Portanto, a Sra. Adriana Sotero informa que atua no Departamento de Saneamento e Saúde Ambiental da Fiocruz, cuja atuação está voltada à pesquisa do saneamento como instrumento de promoção da saúde, destacando a relação direta entre saneamento adequado e a redução de doenças evitáveis, conforme os princípios do SUS e da Constituição. Ressalta que, no Estado do Rio de Janeiro, a Fiocruz passou a integrar os Comitês de Monitoramento dos contratos de concessão, contribuindo especialmente nos Grupos de Trabalho (GTs), em especial no GT que avalia os indicadores produzidos pela FIPE, com participação de pesquisadores da instituição. Explica que os Comitês de Monitoramento funcionam por meio de GTs, formados de maneira voluntária, e informa que o GT Ambiental, criado no ano anterior sem continuidade, iniciará agora seus trabalhos. Destaca a importância de ampliar a participação nesse GT, especialmente com representantes dos Comitês de Bacias Hidrográficas dos quatro blocos, citando nominalmente representantes da Baía de Guanabara e dos Sistemas Lagonares de Maricá e Jacarepaguá. Informa ainda que o GT Ambiental realizará solicitações de dados ao INEA, aos Comitês de Bacia, à AGENERSA e às concessionárias, ressaltando que o Índice de Qualidade de Esgoto deverá ser solicitado às concessionárias por meio da FIPE, para subsidiar a avaliação dos indicadores ambientais. Registra a presença das pesquisadoras, Sra. Lillian, e Sra. Gabriela, que atuam voluntariamente no GT da FIPE, e solicita que relatem a situação da avaliação dos dados mais recentes, destacando a ausência de atualização dos relatórios originais da FIPE que, segundo informado em reunião com o Ministério Público, deveria ser compartilhado com os Comitês. Por fim, ressalta a necessidade de acesso facilitado aos dados, considerando que parte dos membros não é especialista, e solicita esclarecimentos sobre o acompanhamento das informações disponibilizadas no painel de dados (dashboard) da FIPE. Usando a palavra, a Sra. Gabriela Merolo, pesquisadora da Fiocruz, relata que atua na análise dos relatórios da FIPE, incluindo os relatórios principais, anexos e o painel de dados (dashboard). Descreve a situação do abastecimento de água em Campo Grande, onde tiveram diversas interrupções, muitas vezes sem aviso prévio, o que impossibilitou o planejamento da população. Ressalta que, apesar de possuir cisterna, muitos moradores não dispõem desse recurso, tendo enfrentado falta d'água em período de calor intenso, o que agravou a situação local. No que se refere à análise dos dados da FIPE, aponta a existência de diversas inconsistências entre as informações apresentadas nos relatórios, nos anexos e no dashboard, como divergência de dados, ausência de meses e de municípios, além de gráficos com erros e informações incompletas para diferentes blocos. Destaca que os dados relativos à qualidade da água apresentam resultados aparentemente satisfatórios,

porém sem a identificação dos responsáveis pelas análises, sem indicação dos locais de realização e sem laudos técnicos, comprometendo a confiabilidade das informações. Em relação ao esgotamento sanitário, informa que os próprios dados apresentados indicam índices muito baixos, especialmente no Município do Rio de Janeiro, sugerindo a inexistência ou precariedade do saneamento, com exceção parcial do Bloco 1, que apresenta alguns valores melhores, igualmente sem respaldo técnico identificado. Por fim, relata a realidade do bairro Parque São Basílio, em Campo Grande, onde a água, quando chega, apresenta má qualidade, com aspecto barrento, gosto forte de cloro ou terroso, além de recorrentes problemas de vazamentos e demora no reparo de tubulações, agravando as condições de abastecimento para a população. Com a palavra, a Sra. Lilian Santos, da FIOCRUZ informa que integra a equipe de pesquisa iniciada em abril de 2025, com conclusão prevista para abril de 2026, e que atualmente o grupo está preparando a análise referente ao terceiro trimestre dos relatórios publicados pela AGENERSA e validados pela FIPE. Destaca estranhamento quanto ao fato de a FIPE, instituição de natureza econômica, validar relatórios técnicos laboratoriais referentes à qualidade da água e do esgoto, sem que haja laudos assinados por responsáveis técnicos, o que, segundo relata, compromete a legitimidade das informações apresentadas à população. Ressalta ainda que, ao analisar o cumprimento das exigências contratuais, verifica que estas não estão sendo atendidas, apontando a ausência de responsáveis técnicos nos laudos e a divulgação de índices sem respaldo técnico adequado. Afirma que, ao longo de quase um ano de análise, observa-se um cenário de desrespeito à população e descumprimento contratual. Informa que os índices apresentados, especialmente o Índice de Qualidade do Esgoto (IQE), apresentaram queda em todos os blocos (1, 2, 3 e 4), evidenciando piora contínua da qualidade do esgotamento sanitário, o que, segundo destaca, demonstra o não atendimento aos compromissos assumidos pelas concessionárias. Por fim, enfatiza a necessidade de maior atenção à qualidade do esgoto, ressaltando que, durante todo o período analisado, os indicadores apenas pioraram, e observa que análises semelhantes também podem estar ocorrendo em relação ao Índice de Qualidade da Água (IQA), ainda que este seja objeto específico do trabalho desenvolvido por Gabriela, respeitando a autonomia de cada análise. O presidente da rodada, Sr. Licínio M. Rogério, chega à reunião, momento em que a Sra. Adriana Sotero o informa de que a pauta foi invertida em razão de sua ausência inicial, tendo sido antecipados alguns informes. Relata que foram prestados esclarecimentos acerca do GT Ambiental, com o Sr. Adacto como coordenador, destacando o início dos trabalhos, bem como a realização de solicitações de dados e informações. Ressalta, ainda, o pedido de colaboração dos membros do Comitê de Monitoramento que também integram os Comitês de



Bacias Hidrográficas, para participarem do GT Ambiental e contribuam com informações técnicas.

Com relação ao item da pauta, “3. Espaço destinado aos consumidores;”, (Apresentação em tela), o Sr. João Ricardo concede a palavra ao Sr. João Carlos A. Gonçalves, morador da Rua Corrêa Dias, n.º 402, em Vigário Geral, onde reside há 42 anos. Ele relata a existência de esgoto em seu terreno, que anteriormente tentou limpar por conta própria, mas que atualmente se encontra em situação crítica, sem condições de manutenção. Informa que o local passou a alagar, recebendo lançamento de esgoto, ocasionando grande proliferação de mosquitos, resultando em diversos casos de dengue, inclusive em si próprio e em moradores do entorno. Destaca que o problema ocorre mesmo sem chuvas intensas. Ressalta que, apesar de a população pagar pelo serviço de esgotamento sanitário, o esgoto está sendo lançado dentro de sua residência, sem que saiba como proceder para resolver a situação, uma vez que o fechamento do local pode lhe trazer prejuízos. Por fim, solicita apoio dos órgãos competentes para a realização de serviços adequados, visando a melhoria das condições de vida da população local. A palavra é cedida ao Sr. Marcelo Cortes Braga, morador de Vigário Geral há 50 anos, residindo há 16 anos no local mencionado, no mesmo quarteirão do Sr. João, porém em área mais alta. Relata que cerca de 10 a 15 residências das vilas da Rua Alvarenga Peixoto lançam esgoto em uma vala aberta, cuja situação se agravou nos últimos quatro meses, com transbordamentos, forte odor, proliferação de mosquitos, ratos e outros vetores, impactando diretamente a saúde da população. Destaca que o problema tem causado desvalorização dos imóveis. Informa que a concessionária Águas do Rio realizou uma intervenção, retirando a água acumulada, o que amenizou parcialmente a situação, embora o mau cheiro persista, especialmente em razão do calor. Rapidamente, o Sr. João Ricardo agradece a atuação da concessionária Águas do Rio, destacando que a intervenção evitou uma situação ainda mais grave, especialmente diante de uma chuva ocorrida logo após o serviço, que poderia ter provocado o transbordamento do esgoto para a residência do Sr. João e para as casas vizinhas. Ressalta a necessidade de encaminhar o caso à AGENERSA, com vistoria no local e articulação junto à concessionária, a fim de definir uma solução definitiva, uma vez que o problema tende a se repetir. Informa que foi constatado pela Águas do Rio que a rede existente na rua não direciona o esgoto para local adequado, fazendo com que os terrenos continuem sendo utilizados, irregularmente, como rede de esgoto e de águas pluviais. O Sr. Marcelo acrescenta que, em Vigário Geral, especialmente na área urbana, os terrenos possuem a característica de serem muito extensos, contribuindo para a



ocorrência e agravamento desse tipo de problema sanitário. João Ricardo destaca que Marcelo atua como agente de endemias da região, com amplo conhecimento sobre a área de planejamento 3.1 e sobre a dinâmica das doenças, como a dengue. Informa que Vigário Geral participa de projeto da Fiocruz, denominado "Vulbito", voltado ao controle do mosquito transmissor da dengue, o que tem contribuído para a redução dos casos na região até o momento. Alerta, contudo, para o surgimento de outros vetores, como percevejos, em algumas residências, associados às condições dos terrenos utilizados como vala. Por fim, ressalta a importância de acompanhamento e monitoramento do caso junto à AGENERSA e à concessionária Águas do Rio, visando à adoção de medidas adequadas. A presidente Adriana Sotero questiona ao Sr. Marcelo sobre a intervenção realizada pela concessionária, esclarecendo que houve a drenagem de parte do terreno pertencente ao Sr. João, porém sem a retirada da camada de lama e lodo de esgoto que permaneceu sobre o solo, o que tem causado transtornos relacionados ao mau cheiro e ao bem-estar dos moradores. Sr. Marcelo confirma que, embora a retirada da água tenha sido positiva, a permanência do lodo intensificou o odor, especialmente em razão do calor. Adriana Sotero ressalta que o procedimento adequado deveria ter incluído a raspagem do terreno, com a remoção do esgoto e do lodo remanescentes. Sr. Licínio ressalta a necessidade de limpeza do terreno e questiona se a AGENERSA, por meio de sua equipe de fiscalização, já realizou ou se possui visita programada ao local, bem como se houve acompanhamento da escala dessa vistoria. Informa que o assunto já foi repassado à Sra. Gilda Baltar e, solicita que ela responda. Com a palavra, a Sra. Gilda Baltar, da AGENERSA, informa que a ouvidora Michele comunicou estar realizando ajustes na agenda das visitas e que, tão logo estejam concluídos, as informações serão encaminhadas ao Comitê. Informa, ainda, que o espaço localizado na Avenida 13 de Maio estará liberado a partir de 21 de janeiro para a instalação do Comitê e começar com as atividades, destacando que os primeiros dias serão destinados a ajustes e organização. Comunica a sugestão de realização de reunião no dia 26 de janeiro, com os presidentes e a secretária Renata, para alinhamentos, organização do funcionamento e abertura oficial do espaço. Logo, a Sra. Adriana Sotero esclarece que a manifestação de Gilda se refere à patrulha da AGENERSA mencionada anteriormente, responsável pelo agendamento das visitas técnicas, solicitada para verificação no imóvel do Sr. João. Sra. Gilda confirma a informação e acrescenta que encaminhará à ouvidoria o endereço completo para viabilizar a organização da visita, incluindo a mobilização de veículo e a articulação com a concessionária Águas do Rio, ressaltando a importância de que a vistoria seja realizada de forma conjunta entre a AGENERSA e a concessionária. Sr. Licínio registra agradecimento à concessionária Águas do Rio pelo atendimento prestado, por meio do contato com o Sr. Sinval e da Sra.

Mariana, ressaltando, contudo, a necessidade de uma providência mais ampla e estrutural, que não se limita a um único endereço, uma vez que há outros locais próximos com problemas semelhantes, envolvendo o escoamento entre terrenos. Destaca que a situação deve ser analisada conjuntamente. Em relação à reunião previamente sugerida para o dia 26, propõe sua realização no dia 27. Ao finalizar sua fala, o morador João Carlos, relata um óbito ocorrido em sua residência, informando que, tio de sua esposa, escorregou no valão existente no local ao tentar resgatar um cachorro, sofrendo ferimento na perna. Relata que, após o ocorrido, o ferimento foi higienizado, porém, no mesmo dia, a vítima apresentou febre, sendo encaminhada posteriormente ao Hospital Getúlio Vargas, que, veio a óbito dois dias depois. A palavra é concedida a Sra. Mariana Rabha, representante da concessionária Águas do Rio, que, por sua vez, informa que, a partir do diagnóstico realizado pela equipe de operação, foi identificado que diversas residências e terrenos realizam descarte no local, e que, em razão do desnível das vias, ocorrem alagamentos. Relata que a situação foi solucionada de forma temporária, não definitiva. Registra que a equipe esteve presencialmente no local e coloca-se à disposição para novas articulações, ressaltando que o caso envolve outros órgãos competentes, sugerindo a realização de reunião e visita técnica conjunta para definição de solução integrada. Informa, ainda, a disponibilidade para agendamento de nova visita na mesma semana ou na semana seguinte, comprometendo-se a mobilizar a equipe necessária. Sr. João Ricardo informa que ficará a cargo da equipe o contato com a AGENERSA e com o Comitê para garantir o encaminhamento do caso. Relata que a rede de esgoto que passa pelo imóvel do Sr. João Carlos é mais ampla, vem da parte superior do morro e atravessa o quintal, apresentando obstrução. Destaca que a rede de rua aparenta ser inoperante, não recebendo efluentes nem conduzindo para destino adequado, direcionando o esgoto diretamente para os quintais. Menciona que a rede não chega à Rua Valentim Magalhães nem entra na Estação de Tratamento, seguindo pela lateral até o Rio Meriti. Ressalta a necessidade de análise conjunta, com base nos mapas da concessionária, e aponta a dificuldade de avançar sem a formação de uma equipe técnica integrada para avaliação e encaminhamento da solução. Sr. Licínio ressalta que a reunião prevista demandará longo período, pois será necessária a visita a diversos pontos da mesma área. Esclarece que não se trata de uma reunião pontual, mas de uma agenda a ser realizada ao longo de todo o dia, visando identificar as condições existentes e, a partir disso, possibilitar o planejamento das ações necessárias para a solução do problema. No uso da palavra, o Sr. Ricardo Barbosa, do município de Paty do Alferes, relata a recorrente falta de abastecimento de água em diversos bairros do município, com destaque para o bairro de Avelar, onde há captação e que recentemente registrou manifestações da população, inclusive com



repercussão na imprensa local. Informa que moradores enfrentam longos períodos sem água, inclusive em datas festivas, sem comunicação prévia adequada por parte da concessionária sobre interrupções ou problemas na rede. Ressalta que a situação não se restringe a um único bairro, atingindo também outras localidades, e aponta falhas operacionais relacionadas a chuvas, períodos de seca e interrupções no fornecimento de energia elétrica, mesmo havendo gerador disponível na captação. Levanta a suspeita de redução de custos operacionais, com impacto no tratamento da água e na continuidade do serviço. Destaca ainda a cobrança de taxa adicional para fornecimento de caminhão-pipa, mesmo quando a interrupção decorre de falhas na gestão da concessionária, defendendo que o serviço deveria ser prestado sem custo adicional ou incluído no volume mínimo da tarifa. Por fim, solicita atuação mais prática e enérgica do Comitê, com possível acionamento da AGENERSA e do Ministério Público, ressaltando que a população percebe significativa piora na qualidade dos serviços após a substituição da CEDAE pela concessionária IGUÁ, e que o município depende da atuação dos órgãos reguladores e fiscalizadores para enfrentar a situação. Sra. Adriana Sotero agradece a manifestação do Sr. Ricardo e destaca a relevância das informações apresentadas. Solicita o apoio dele para o encaminhamento de ofícios ao Ministério Público e à AGENERSA, a fim de apurar os ganhos obtidos com o fornecimento de caminhão-pipa e a não utilização de geradores existentes nas captações. Ressalta a gravidade da denúncia, apontando que a não operação do gerador, mesmo havendo equipamento disponível, pode estar associada ao aumento indevido de cobranças à população. Com a palavra, a Sra. Alessandra, moradora há mais de 30 anos da região de Inhoaíba, na comunidade de Vilar Carioca, Zona Oeste, relata a situação recorrente de falta de abastecimento de água, destacando os impactos agravados durante os períodos de calor intenso. Ressalta as dificuldades enfrentadas pela população, especialmente famílias com crianças e idosos, e a exclusão no acesso à água potável, mesmo diante de investimentos públicos visíveis na região. Informa que o serviço é prestado pela concessionária Rio+, e descreve um cenário de sucessivas interrupções de água e energia elétrica, caracterizando um quadro de precariedade histórica no abastecimento. Questiona os canais de apoio e de reivindicação disponíveis à população, inclusive para aqueles que mantêm suas contas em dia, e aponta a demora e a dificuldade no atendimento de solicitações de caminhão-pipa. Por fim, agradece a oportunidade de participar da reunião e de se manifestar diretamente às autoridades, na expectativa de obter encaminhamentos e respostas efetivas para a população da Zona Oeste. Com a palavra, a Sra. Luciana, moradora de Campo Grande, na Zona Oeste, relata a recorrente falta de abastecimento de água na região, apesar da continuidade e do valor elevado das cobranças, citando o pagamento recente



de conta no valor de R\$ 200,00. Destaca que, mesmo passando pouco tempo em casa em razão do trabalho, enfrenta ausência de água com frequência. Recorda que, no período em que o serviço era prestado pela CEDAE, apesar de problemas pontuais, a situação não atingia o nível atual. Questiona as medidas que podem ser adotadas para cessar as interrupções no fornecimento e as cobranças consideradas injustas, ressaltando que a população de menor renda paga o mesmo valor que usuários com abastecimento regular, configurando, em sua avaliação, uma situação de injustiça enfrentada pelos moradores da Zona Oeste. No uso da palavra, o Sr. Alexandre Sena, representante do Prefeito Luiz Fernando Pezão, relata que o problema do abastecimento é recorrente e atribui a principal dificuldade do município de Pirai à insuficiência de investimentos por parte da concessionária Rio+Saneamento, que atua no município há cerca de dois anos. Informa que os investimentos iniciam de forma tardia e ainda são insuficientes para atender à demanda, especialmente em períodos de calor intenso. Destaca a situação do distrito de Rosal, que concentra cerca de um terço da população, onde o reservatório existente possui capacidade limitada, estando em construção um novo reservatório, ainda considerado insuficiente, e havendo previsão de outro, condicionado à disponibilidade de área. Menciona também o bairro Caiçara, que ainda não possui abastecimento por rede, dependendo de minas e de caminhão-pipa fornecido pela prefeitura, apesar de o município contribuir significativamente para o sistema Guandu por meio da represa de Ribeirão das Lajes. Aponta, ainda, problemas relacionados à cobrança para instalação de hidrômetros, com valores considerados elevados, e à discrepância entre o custo do equipamento e o valor cobrado, o que pode resultar em contas excessivas e dificuldades de contestação pelos consumidores. Por fim, informa que prefeitos da região Sul Fluminense se reuniram para tratar do tema e que está prevista a solicitação de audiência com o governador para discutir medidas visando à solução dos problemas relatados. O presidente João Ricardo informa que foi realizado contato com o presidente da Comissão de Água e Saneamento da ALERJ para a realização de uma audiência pública destinada a tratar da situação do interior do Estado, da Zona Oeste e da atuação da concessionária Rio+Saneamento. Menciona que representante da Rio+ participou da última Assembleia e questiona a presença de representantes da Rio+ e da Iguá na reunião atual. Esclarece que ainda não há data definida para a audiência pública, em razão do recesso da ALERJ, mas que a solicitação já foi formalizada junto ao deputado estadual Jari, presidente da Comissão. Por fim, solicita que seja realizada articulação célere para viabilizar a realização da referida audiência pública. A palavra é concedida a Sra. Fernanda, procuradora do município de Pinheiral, e representante do Prefeito Luciano Muniz, que, por sua vez, informa que a concessionária responsável pelo serviço é a Rio+Saneamento e relata



enfrentar problemas semelhantes aos apontados por outros municípios. Destaca o envio de ofício à AGENERSA questionando o reajuste tarifário de 8,96% aplicado à população, apesar da prestação inadequada dos serviços. Relata recorrentes episódios de falta d'água em diversos bairros, inclusive por períodos superiores a uma semana durante o final do ano e em meio a altas temperaturas, o que gerou protestos e manifestações da população. Menciona a necessidade de implementação de comissões municipais como instrumento de fiscalização da concessionária. Aponta ainda problemas relacionados à recomposição inadequada do pavimento após obras, gerando ônus adicional ao município, e a ausência de respostas efetivas da concessionária, apesar das reiteradas tentativas de diálogo. Ressalta a dificuldade enfrentada pela população diante da cobrança de taxa elevada para instalação de hidrômetros, citando o valor de R\$ 1.400,00 no município de Pinheiral. Por fim, considera relevante a realização de audiência pública, embora relate experiências anteriores sem resultados concretos, e manifesta disposição do município em colaborar com o Comitê nas ações de fiscalização e encaminhamentos necessários. Sr. Licínio M. Rogério ressalta a existência do Conselho de Titulares, composto pelas prefeituras, a qual são as titulares do contrato de concessão, e destaca que esse colegiado deveria se reunir para tratar dos problemas recorrentes na prestação dos serviços. Informa que, no ano anterior, o referido conselho não realizou nenhuma reunião, considerando inadmissível, diante das reclamações generalizadas nos municípios. Defende que a AGENERSA convoque o Conselho de Titulares, uma vez que este constitui instância própria para discussão e encaminhamento das questões contratuais, ressaltando que tal conselho vem sendo ignorado pelo órgão regulador. Propõe que sejam adotadas providências para reorganizar e fazer funcionar efetivamente essa instância. Na sequência, Alexsandro questiona quem seria o responsável por convocar e marcar a reunião do Conselho de Titulares. Sr. Licínio responde que a convocação deveria ser feita pela AGENERSA e sugere que o Comitê oficie o órgão regulador para solicitar formalmente a realização da reunião, destacando a urgência do tema. Esclarece ainda que o Comitê de Monitoramento, por ser uma instância da sociedade civil, não integra o Conselho de Titulares, mas considera importante que seja convidado a participar das discussões. O Sr. Mário Porto, representante do SINTSAMA, relata a realização de uma audiência pública em Pinheiral, com ampla participação, na qual foram feitas cobranças à Rio+Saneamento, especialmente quanto à elevada taxa para instalação de hidrômetros e à falta de respostas efetivas da concessionária. Destaca que os problemas apontados já haviam sido levantados na fase de contratação e que, apesar das cobranças reiteradas, não houve avanços concretos na solução das falhas, incluindo a recorrente falta de abastecimento de água. Afirma que a prestação do serviço apresenta defeitos e defende a necessidade de medidas mais



incisivas para enquadrar a concessionária e garantir, ao menos, o atendimento mínimo à população, apontando a Rio+Saneamento como a concessionária com pior desempenho entre as três atualmente acompanhadas. Rapidamente, o Sr. Frederico Ayres, representante de Nova Iguaçu, informa que a última reunião do Conselho de Titulares ocorreu em dezembro, possivelmente no dia 14, da qual participou como convidado. Esclarece que representa o município de Nova Iguaçu e que irá verificar a agenda da referida reunião para compartilhar as informações no grupo. Destaca que as reuniões do Conselho ocorrem por bloco e que, no caso do Bloco 4, a concessionária responsável é a Águas do Rio, tendo a reunião sido conduzida por Mayná. Concedida a palavra, a Sra. Juliana Mello de Queiroz, de Paracambi, por sua vez, informa que o município não teve ciência da realização de reunião do Conselho de Titulares, nem das mobilizações ocorridas nos municípios de Pinheiral e Piraí. Relata que, no ano anterior, houve reunião na AGENERSA para tratar das questões locais, bem como diálogo com a concessionária Rio+Saneamento. Destaca que uma das principais dificuldades atualmente enfrentadas pelo município refere-se à aplicação da tarifa social, diante do entendimento da AGENERSA de que os contratos em curso não se submetem à Lei de 2024, mantendo-se a normativa do Decreto de 99. Ressalta que, nos municípios de pequeno porte, como Paracambi, não há delimitação formal de áreas de interesse social, o que dificulta a implementação da tarifa social e gera falta de transparência quanto aos critérios adotados, ao volume concedido e à seleção das economias beneficiadas. Solicita apoio do Ministério Público para tratar do tema de forma conjunta, colocando-se à disposição para reunião e registrando que a definição da tarifa social constitui questão central e urgente para o município. O Sr. João Ricardo agradece a participação do município de Paracambi e dos demais municípios, ressaltando a importância do fortalecimento do Comitê para evitar problemas semelhantes aos observados em outros serviços públicos concedidos, como o fornecimento de energia elétrica. Destaca que o Comitê atua de forma preventiva e comprometida para garantir que a água, enquanto bem público, social e essencial à vida, não sofram prejuízos decorrentes de falhas na concessão. Reafirma o compromisso do Comitê em seguir atuando firmemente na regulação e democratização dos serviços de água e saneamento. Fazendo uso da palavra, a Sra. Natasha Berendonk Handam, da Fiocruz, e integrante do GT da FIPE, apresenta dados apurados nos relatórios da FIPE, certificadora e verificadora das concessões. Informa que a concessionária Rio+Saneamento não atingiu as metas do IQE (Índice de Qualidade de Eficiência do Tratamento de Esgoto) no período de fevereiro de 2024 a janeiro de 2025, com exceção dos meses de março, setembro e janeiro, indicando tratamento inadequado de esgoto. Destaca que essa situação resulta no lançamento de esgoto em vias públicas, retorno às residências em períodos de enchentes e



contaminação de rios e lagoas. Acrescenta que, no Bloco 3, incluindo Paracambi, os índices de IQE também permaneceram abaixo da meta entre setembro de 2024 e janeiro de 2025, evidenciando a gravidade do problema. Logo, o presidente João Ricardo esclarece aos participantes que IQE corresponde ao Índice de Qualidade do Esgoto e IQA ao Índice de Qualidade da Água. Solicita que, nas apresentações, seja evitado o uso de termos em língua inglesa, como “dashboard”, orientando que sejam utilizados termos em português, como “quadro” ou “relatório de dados”, de modo a garantir clareza e acessibilidade da informação a todos os participantes. A palavra é concedida ao Sr. Bruno Guedes, Subsecretário de Rio Claro, que relata que o município, assim como outros do Bloco 3, enfrenta sérios problemas na prestação dos serviços pela concessionária Rio+Saneamento, especialmente quanto à recorrente falta de água. Informa que o sistema de abastecimento depende majoritariamente de captação por bombas e que, em períodos de chuva, a elevação do nível dos rios impede a captação adequada, paralisando o sistema com frequência. Destaca a insatisfação do Prefeito com a prestação precária dos serviços, abrangendo manutenção, abastecimento e esgotamento sanitário. Ressalta que, desde a concessão em 2022, não houve apresentação de propostas ou início de obras para tratamento de esgoto, permanecendo o uso de sistemas antigos e insuficientes, como fossas sobrecarregadas. Menciona ainda a defasagem da infraestrutura, com reservatórios antigos e insuficientes para atender ao aumento populacional em períodos festivos, quando a concessionária recorre ao uso de caminhão-pipa sem solucionar o problema estrutural. Informa que, apesar de reiteradas reuniões e solicitações por ampliação da capacidade dos reservatórios e melhorias no sistema, não houve retorno efetivo da concessionária, solicitando apoio ao Comitê para auxiliar o município no enfrentamento da situação. O Sr. João Ricardo concede a palavra ao Sr. Jalmir Gomes, morador de São João de Meriti, que realiza a leitura de sua reclamação, a qual será anexada à presente ata. Em sua manifestação, acrescenta que trabalha como secretário escolar na Escola Luiz de Camões, localizada no bairro de Colégio, e que, após retornar de férias no mês de outubro, passou a justificar faltas de alunos que não conseguiram frequentar a escola em razão da falta d'água, inclusive por não terem condições mínimas de higiene, como tomar banho. Informa ainda que, embora sua unidade escolar possua uma caixa d'água de maior capacidade, outras escolas da região precisaram suspender as aulas devido à ausência de abastecimento, o que gerou contatos frequentes de responsáveis para confirmar o funcionamento das atividades escolares. Relata, também, que residiu por aproximadamente 30 anos no bairro de Quintino, onde nunca havia enfrentado problemas de desabastecimento, situação que atualmente também ocorre. Ao mudar-se para o município de São João de Meriti, inicialmente não havia registros de falta



d'água; contudo, atualmente o fornecimento tornou-se irregular, exigindo improvisos domésticos, como o uso de mangueira para viabilizar a lavagem de roupas. Destaca que a recorrente falta d'água tem impactado diretamente sua saúde, ocasionando o uso de medicação controlada para insônia, aumento da ansiedade e acompanhamento psicológico. O Sr. Jalmir associa o agravamento dos problemas de abastecimento ao processo de privatização, mencionando episódios de alteração no odor e no gosto da água, característicos da geosmina, e faz comparações com dificuldades enfrentadas em outros estados após concessões semelhantes. Por fim, agradece o convite para participar da reunião, esclarece que normalmente acompanha os encontros remotamente em razão de seu horário de trabalho. Em seguida, o presidente Licínio declara: *"Gente, nós estamos há uma hora e meia aqui ouvindo relatos inacreditáveis. Foi vendido para a população que a privatização seria a solução, que a gente precisava de investimento, que a gente precisava disso. Uma frase que falaram sempre nas audiências: "não vai haver aumento de tarifa", é só pegar a gravação das audiências. É um vexame para o governo que fez isso. O governo estadual que fez isso, as prefeituras que assinaram e deram poderes a esse governo para fazer isso. É um vexame isso. É impressionante o que a gente ouve. Não há razão para se ficar uma hora e meia ouvindo relatos verídicos, e a gente tem certeza de que a meia dúzia que veio aqui. Se essa meia dúzia a gente for extrapolar para o que tem fora, a gente vai fazer uma semana de reunião aqui de chororô. É um absurdo isso. É um absurdo.!* Fazendo uso da palavra, o Sr. Alberto José Mendes Gomes, representante dos Usuários Domésticos, manifesta preocupação ao ouvir os relatos e destaca que muitos participantes afirmam já terem reclamado e participado de audiências públicas sem obter respostas, considerando frustrante para os membros do comitê. Relata que, especialmente nas lojas da Iguaçu, os atendentes ignoram o comitê e não prestam esclarecimentos, esvaziando o papel dos representantes junto à população. Aponta a existência de abusos comerciais e atribui os problemas relatados nos municípios do sul do estado à incompetência operacional, à desídia e à falta de investimentos, agravadas pelas características geográficas da região e pelo maior custo operacional, sobretudo no verão. Ressalta a necessidade de providências urgentes e alerta para um cenário ainda mais grave, com a crise hídrica do Sistema Cantareira, interligado de forma assimétrica ao Paraíba do Sul, o que pode agravar ainda mais a situação diante das altas temperaturas no Estado do Rio de Janeiro. Sr. João Ricardo destaca a dificuldade do consumidor em encontrar canais de contato da AGENERSA e de outras autoridades, dificultando o registro de reclamações. Afirma que o papel do comitê é insistir até que providências ocorram e aponta avanços, como o fortalecimento da AGENERSA e o aumento da fiscalização, relacionados à atuação política do comitê. Relata um caso concreto de cobrança indevida não



devolvida pela concessionária, mesmo após constatação do erro, evidenciando a morosidade na solução para o usuário. Ressalta que o comitê vem atraindo cada vez mais consumidores por ser um espaço onde a população tem voz e destaca haver articulação com o Ministério Público, ouvidoria e defensoria para enfrentar os problemas. Por fim, afirma avanços no debate, inclusive com municípios que antes apoiaram a privatização passando a questioná-la, reforçando a importância e o papel do comitê nesse processo. O Sr. Alberto acrescenta e defende que os membros dos comitês deveriam ter um canal de atendimento específico nas lojas das concessionárias, pois atualmente não são reconhecidos nem recebem atendimento adequado, mesmo ao se identificarem, sendo necessário um tratamento mais qualificado e proativo. Adriana Sotero sugere a criação de um Grupo de Trabalho (GT), e convida o Sr. Alberto para coordenar e tratar da relação dos comitês com as lojas das concessionárias. Propõe que o GT desenvolva um formato e uma estratégia metodológica para obtenção direta de dados junto às lojas, complementando as informações já obtidas por meio da FIPE e da AGENERSA. Destaca que, embora os comitês não sejam um órgão de ouvidoria, o GT pode atuar no monitoramento dos contratos, convidando outros membros a integrarem essa iniciativa. Rapidamente o Sr. Alberto se coloca à disposição. Adriana Sotero destaca que os relatos apresentados na reunião evidenciam problemas graves de saúde relacionados à falta de saneamento, incluindo doenças físicas, impactos psicológicos e situações extremas, como casos de infecção grave. Ressalta que o saneamento inadequado viola o direito constitucional à saúde, entendida também como bem-estar, afetado por condições como mau cheiro e contaminação ambiental. Considera pertinente o encaminhamento proposto por Alberto para que as lojas das concessionárias conheçam e reconheçam os Comitês de Monitoramento, reforçando que esse modelo de participação do usuário é recente e precisa ser mais divulgado. Defende a ampliação da informação à população, inclusive por meio das contas de água, e enfatiza o uso do termo “usuário” em vez de “consumidor”, reconhecendo haver pessoas que utilizam o serviço sem conseguir pagar. Por fim, destaca a importância do direito ao volume mínimo vital de água para a manutenção da vida, lembrando que a falta de acesso à água gera graves riscos epidemiológicos, especialmente em períodos de calor intenso. A Sra. Alexandra relata que, no caso da Rio+Saneamento, há grande distância entre o que é informado e o que efetivamente ocorre, especialmente quanto à falta de água e à comunicação com a população, que considera ineficaz. Destaca que os problemas persistem há décadas nas comunidades e os debates não têm gerado soluções práticas. Como usuária, expressa a necessidade de sair da reunião com encaminhamentos concretos, que possam ser repassados aos moradores, de modo a reduzir o sofrimento da população, defendendo que o tema seja tratado com



seriedade e respeito, e não apenas como debate. Com a palavra, a Sra. Ilca Lopes Bezerra, representante dos Usuários do Serviço (Domésticos), expressa a frustração compartilhada com Alexsandra diante da sensação de “enxugar gelo”, apontando que os contratos e regulamentos acabam respaldando práticas abusivas das concessionárias. Critica o processo de concessão da CEDAE, realizado com pouca participação social, e afirma que os contratos permitem o descumprimento da lei, como cobranças por serviços não prestados, falhas no abastecimento, tarifa mínima elevada e cobranças indevidas relacionadas aos hidrômetros. Destaca que a legislação de defesa do consumidor foi desconsiderada e defende que é necessário questionar a base legal e contratual que sustenta essas práticas, provocando a atuação de instâncias como o Ministério Público para enfrentar a raiz do problema. Sr. Licínio relata que participou das audiências de privatização realizadas durante a pandemia, que se estendiam até a madrugada, dificultando a participação popular. Afirma que a longa exposição favorável à privatização tinha o objetivo de desestimular as manifestações contrárias. Critica a cobrança pela instalação do hidrômetro, comparando-a a um aluguel indevido, e classifica a prática como absurda. Defende que o Ministério Público e a Defensoria Pública se manifestem sobre o tema diante da gravidade da situação. A palavra é concedida ao Sr. Morvan Barreto Nobre, da Sociedade dos Engenheiros e Arquitetos do Estado do Rio de Janeiro - SEAERJ, que, por sua vez, concorda com a Sra. Ilca, e como as reclamações apresentadas evidenciam o não cumprimento dos contratos de concessão, destacando que, além de falhos, eles não estão sendo efetivamente cumpridos. Afirma que as diversas reclamações podem e devem ser enquadradas nos indicadores que compõem o Índice de Desempenho, como cobertura de água e esgoto, perdas na distribuição, descontinuidade do abastecimento, qualidade da água, tratamento de esgoto, atendimento em áreas irregulares, satisfação do usuário, eficiência nos reparos, regularidade documental e desempenho do coletor de tempo seco. Ressalta que esses índices deveriam gerar redução tarifária a partir do terceiro ano e, em caso de descumprimento por dois anos, possibilitar a caducidade do contrato. Aponta não haver comprovação de avanços rumo à universalização dos serviços, mesmo após mais de quatro anos de contrato, faltando transparência e relatórios do verificador independente. Conclui que os contratos operam “em voo cego”, estão sujeitos a questionamentos e à caducidade, e que as reclamações apresentadas representam apenas uma pequena parcela dos problemas existentes, reforçando o descumprimento contratual. Fazendo uso da palavra, a Dra. Gisela Pequeno informa que o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro já instaurou diversos procedimentos, tanto nas promotorias de meio ambiente quanto do consumidor, para acompanhar a concessão, realizando reuniões ao longo dos últimos anos e cobrando providências das concessionárias, da AGENERSA e da



FIPE. Destaca haver problemas identificados e que o monitoramento dos indicadores enfrenta dificuldades devido à divergência na área de cobertura, atrasando as análises, contudo, a agência reguladora assegurou que os dados serão avaliados retroativamente, possibilitando a aplicação de eventuais penalidades. Ressalta que o Ministério Público acompanha a situação por meio de vários procedimentos e permanece à disposição para reuniões específicas, reconhecendo a complexidade e a morosidade das análises, inclusive por existirem questionamentos judiciais e arbitrais sobre a concessão. Informa ainda que o CAO – Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente definiu, entre as metas para 2026, a intermitência do abastecimento de água como prioridade, realizando levantamentos nas áreas com maior recorrência de reclamações para atuação mais efetiva. Por fim, reforça a importância de que as reclamações dos usuários cheguem também ao Ministério Público e à AGENERSA, para ser possível atuar a partir desses registros. Sr. Licinio questiona o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro sobre a percepção do consumidor diante da informação de que o órgão está trabalhando, expressando a sensação de que nada muda imediatamente e que a solução acabaria restrita ao Judiciário ao longo de um contrato de 35 anos. Indaga se as multas aplicadas não poderiam ser revertidas para reduzir as tarifas e se as cobranças consideradas abusivas permanecerão sem devolução aos consumidores. Reconhece as limitações do Ministério Público e da Justiça, mas defende a necessidade de ações mais imediatas que garantam algum retorno concreto ao consumidor e penalizem efetivamente as empresas, inclusive com devolução de valores. Em resposta, a Dra. Gisela Pequeno esclarece que as promotorias de tutela do consumidor do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro já possuem diversas ações em andamento, mas ressalta que, por atuar na área de meio ambiente, não acompanha diretamente esses processos. Sugere a realização de convite ao Centro de Apoio das Promotorias do Consumidor e se dispõe a reforçar o convite para que a coordenação da área do consumidor participe de uma próxima reunião, a fim de prestar esclarecimentos, apresentar o andamento das ações, levantar informações e detalhar medidas já ajuizadas para o ressarcimento dos consumidores diante das violações apontadas. Sr. Licinio agradece a proposta e manifesta o desejo de que o representante convidado participe não apenas da próxima reunião, mas também das demais, considerando que novos problemas relacionados aos mesmos temas continuam surgindo. O presidente João Ricardo encerra o ponto esclarecendo que o Comitê de Monitoramento é formado por moradores e diversas organizações preocupadas com a situação da água e do saneamento no Rio de Janeiro, reunindo usuários diretamente afetados, representantes de associações de moradores e instituições como a Fundação Oswaldo Cruz. Relata que os integrantes do comitê vivenciam cotidianamente os



problemas de abastecimento, citando casos graves ocorridos em Vigário Geral, onde houve mortes associadas a condições extremas de calor e falta de água, contradizendo as orientações de saúde pública que recomendam hidratação e higiene. Destaca que cabe ao Estado a fiscalização, mas que há falhas evidentes na prestação do serviço e na comunicação à população, inclusive pela ausência de divulgação dos canais das agências reguladoras. Ressalta que o comitê já obteve avanços, como a realização de concurso na AGENERSA, e defende que o espaço não deve se limitar a reuniões, mas atuar também como instrumento de mobilização social. Conclui afirmando que lutar, reclamar e exigir água e saneamento é um direito da população, e informa que o calendário das próximas reuniões será encaminhado para ampliar a mobilização e a participação social.

Ao tratar do item de pauta “2. Aprovação das atas referentes aos meses de julho e agosto de 2025”, procede-se à apreciação das referidas atas. O Sr. João Ricardo informa que será adotado o mesmo modelo de aprovação, por unanimidade e com quórum mínimo. Assim, ficam aprovadas as atas dos meses de julho e agosto de 2025. Esclarece, ainda, que as demais atas pendentes serão apreciadas e submetidas à aprovação na próxima reunião.

Passando para o item de pauta, “6. Vacância: atualização acerca do posicionamento da Casa Civil;” João Ricardo explica que se refere aos membros que se inscreveram para participar, mas desistiram por considerarem a atividade “difícil”, não permanecendo até o terceiro ano de atuação do comitê. Questiona Renata sobre a existência de resposta da Casa Civil do Governo do Estado a respeito do tema. Renata informa que não houve retorno, e João Ricardo ressalta que o comitê aguarda essa resposta desde agosto. Imediatamente, a Sra. Adriana Sotero informa que o encaminhamento já foi definido em reuniões anteriores e consiste na elaboração de um edital para abertura de inscrições. Esclarece que esse edital será encaminhado e que será cobrada uma resposta sobre o que já foi enviado, ao mesmo tempo, em que serão abertas inscrições prévias para as instituições interessadas em participar, nas vagas acordadas. Destaca que o edital seguirá a recomendação do grupo de trabalho, que teve a Sra. Ilca Bezerra na coordenação. Portanto, o presidente João Ricardo esclarece que as entidades interessadas em se inscrever previamente devem possuir CNPJ, representação popular e atuação no Estado do Rio de Janeiro, além de serem usuárias dos serviços de água e saneamento. Ressalta que as inscrições deverão respeitar as vagas que serão disponibilizadas e definidas no edital. A Sra. Ilca transmite um recado da Secretaria Executiva, a pedido de Renata, solicitando que todos os



membros, especialmente as prefeituras que costumam alterar com maior frequência suas representações mantenham atualizadas junto à Secretaria as indicações de seus representantes. Explica que foram identificadas pessoas participando como representantes sem constarem oficialmente na lista, dificultando o controle. Ressalta a importância da atualização das nomeações para ser possível computar corretamente a presença, uma vez que apenas membros oficialmente indicados podem ter a participação registrada. Adriana Sotero reforça a importância da participação dos representantes dos municípios, destacando que há municípios em situação de vacância. Salienta que, com a abertura de novas inscrições prévias, o número de interessados pode ultrapassar o total de vagas disponíveis. Por isso, considera necessário que eventuais representantes que desejem se retirar formalize essa decisão, encaminhando à Secretaria dos Comitês a declaração de que não pretendem mais integrar o comitê, a fim de organizar adequadamente as vagas e a composição dos membros. Adriana Sotero registra a ausência do presidente do Bloco 2, Sr. Eduardo Figueira, em razão do falecimento de sua mãe. O Sr. Jalmir sugere que o Comitê elabore um projeto de lei que contemple a formação e a estruturação dos Comitês de Monitoramento. Adriana Sotero esclarece que o projeto já encaminhado e debatido em audiência pública não contemplou integralmente aspectos considerados essenciais pelos comitês. Destaca, entre os principais pontos ausentes, a autonomia administrativa e orçamentária, ressaltando que os comitês não dispõem de recursos financeiros, estrutura ou meios para realizar atividades de monitoramento e fiscalização dos contratos, como vistorias e avaliações em campo. Aponta também a falta de independência jurídica, especialmente quanto à questão da vacância, já que a abertura de editais depende da Casa Civil, impedindo os comitês de realizarem diretamente a chamada de novos integrantes. Recorda que os comitês foram instituídos por decreto do governador, possuem regimento interno aprovado coletivamente após diversas reuniões, mas que ainda não foi publicado, tendo sido questionado por diferentes instâncias. Acrescenta que a revisão do regimento depende de ampla participação, a qual está prejudicada pela existência de vacâncias, dificultando o avanço dessas discussões. Sr. Jalmir relata que conversou com deputados estaduais do PSOL, Renata e Yuri Moura. Afirma que nunca elaborou um projeto de lei, mas avalia que o ideal seria que o próprio comitê construísse a proposta e a encaminhasse aos deputados, destacando que quanto maior for o número de parlamentares que subscrevam o projeto, maiores são as chances de aprovação. João Ricardo afirma que já existem projetos e audiências sobre o tema e que, neste momento, não é estratégico investir tempo na elaboração de um novo projeto de lei. Destaca que a prioridade do comitê é fortalecer a mobilização, a organização e a pressão institucional, o que já tem gerado avanços na fiscalização



e no diálogo com os órgãos competentes. Ressalta que o comitê valoriza todos os participantes como usuários dos serviços e a força do movimento está na mobilização coletiva.

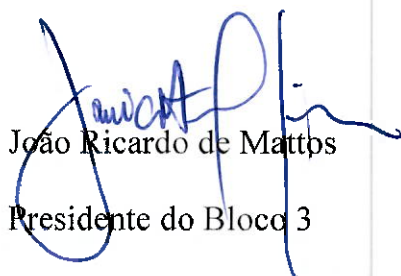
Nada mais a tratar, o Sr. João Ricardo de Mattos agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião às 17 horas.



Documento assinado digitalmente  
LICINIO MACHADO ROGERIO  
Data: 18/03/2026 15:58:10-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Licínio M. Rogério

Presidente do Bloco 1



João Ricardo de Mattos  
Presidente do Bloco 3

EDUARDO  
FIGUEIRA:82264155  
787

Assinado de forma digital por  
EDUARDO  
FIGUEIRA:82264155787  
Dados: 2026.03.20 09:25:06  
-03'00'

Eduardo Figueira

Presidente do Bloco 2



Documento assinado digitalmente  
ADRIANA SOTERO MARTINS  
Data: 19/03/2026 20:51:04-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Adriana Sotero Martins

Presidente do Bloco 4

Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 2026

ANEXO DAS FOTOS EXIBIDA NA REUNIÃO



*[Handwritten signature]*



*[Handwritten signature]*



PM



*[Handwritten signature]*



AM